



# PREFEITURA MUNICIPAL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

ESTADO DE SÃO PAULO



03 de novembro de 2022.

Projeto de Lei nº 114/2022

Of. GAB. nº **744/2022**

Senhor Presidente:

Estamos encaminhando a Vossa Excelência, para apreciação dos Senhores Vereadores, o incluso Projeto de Lei que dispõe sobre concessão de remissão de créditos tributários e não tributários

Renovamos os protestos de estima e consideração.

MARIA TERESINHA DE JESUS PEDROZA  
Prefeita Municipal

Exmo. Sr. Vereador  
LUIS CARLOS DOMICIANO  
Presidente da Câmara Municipal  
NESTA.





# **PREFEITURA MUNICIPAL**

**SÃO JOÃO DA BOA VISTA**

ESTADO DE SÃO PAULO



## **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR**

*“Dispõe sobre concessão de remissão de créditos tributários e não tributários.”*

Art. 1º - Fica o município de São João da Boa Vista autorizado a conceder remissão de créditos tributários e não tributários, inscritos ou não em dívida ativa, executados judicialmente ou não, inclusive multas e juros de mora a eles relacionados, ao contribuinte que não tiver possibilidade prática de pagá-lo sem afetar o sustento próprio e o de sua família e que resida ou seja proprietário e possuidor, a qualquer título, de somente um imóvel, com área construída igual ou inferior a 100 m<sup>2</sup>, com classificação “média” ou inferior, utilizado para sua respectiva moradia.

Art. 2º - Para fazer jus à remissão que trata o artigo anterior o contribuinte deverá se enquadrar em um dos seguintes requisitos:

I. A renda familiar bruta não ultrapasse 3 (três) salários-mínimos, e a renda per capita bruta não ultrapasse 1 (um) salário-mínimo e que seja beneficiário de um dos programas federais:

- a) de aposentadoria vitalícia; ou
- b) de pensão vitalícia; ou
- c) previstos na Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS.

II. A renda familiar bruta não ultrapasse 3 (três) salários mínimos), de pessoa portadora de invalidez permanente, ou portador de alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, tuberculose ativa, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, Alzheimer, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome da imunodeficiência adquirida;

III. A renda familiar bruta não ultrapasse 3 (três) salários-mínimos e a renda per capita bruta não ultrapasse meio salário-mínimo;

§1º. Ficam autorizadas visitas domiciliares de representantes da Assistência Social e da Fiscalização Tributária, agendadas ou não, aos beneficiários dos incisos do caput para averiguação de cumprimento e enquadramento nos requisitos ali citados, podendo, inclusive, ser feitas imagens para instrução do processo.





# PREFEITURA MUNICIPAL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

ESTADO DE SÃO PAULO



§2º. Aos requerentes que declararem não possuir renda fixa, ficará a cargo da Assistência Social aferir os rendimentos dos declarantes para verificação de enquadramento nos quesitos da remissão, sem prejuízo de eventuais revisões por parte da Fiscalização Tributária.

§ 3º. A remissão que trata o artigo 1º desta lei não alcança multas aplicadas devido a infração de qualquer lei municipal.

Art. 3º - A solicitação da remissão que trata o artigo anterior deverá ser requerida por meio de protocolo que será isento do pagamento de emolumentos ou preços públicos.

§ 1º. O pedido de remissão fica condicionado a atualização cadastral por meio de preenchimento de formulário contendo:

I. Os dados qualificativos do contribuinte que consistem:

- a) no nome completo do requerente;
- b) no número da inscrição do CPF;
- c) no número da inscrição do RG;
- d) nos números de contato telefônico atualizados;
- e) no endereço de correspondência e domicílio; e
- f) no endereço eletrônico atualizado, caso possua.

II. A identificação da inscrição cadastral objeto da remissão;

III. A declaração de posse ou propriedade de imóvel único, utilizado como finalidade de moradia;

V. A declaração de renda de todas as pessoas residentes no imóvel, devendo conter o tipo do benefício, se for o caso;

VI. A declaração de que o beneficiário informará à Prefeitura qualquer alteração financeira no período do benefício, sob pena de responsabilização criminal, civil e administrativa;

VII. A declaração de ciência e consentimento de que poderá haver visitas domiciliares agendadas ou não por representantes da Assistência Social ou da Fiscalização Tributária para averiguação de cumprimento dos requisitos;





# PREFEITURA MUNICIPAL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

ESTADO DE SÃO PAULO



VIII. A afirmação da veracidade das informações prestadas na atualização cadastral, sob pena de responsabilização penal, civil e administrativamente;

§ 2º. O requerimento de que trata o parágrafo anterior deverá estar acompanhado de cópias legíveis dos seguintes documentos, sob a pena de não conhecimento:

- I. Documento atualizado de inscrição no Cadastro Único;
- II. RG e CPF ou documento equivalente;
- III. Comprovante de endereço atualizado;
- IV. Documento atualizado que comprove posse ou propriedade do imóvel;
- V. Documento atualizado de comprovação da renda de todos os residentes do imóvel;
- VI. Documento atualizado que comprove o recebimento dos auxílios das alíneas “a” a “c”, do inciso I, do artigo 1º;
- VII. Os beneficiários da remissão do inciso II do artigo 1º deverão fazer prova da condição que lhe garantir o benefício, apresentando laudo médico;
- VIII. Documento atualizado, suficiente para comprovar a situação do inciso III, do artigo 1º.

§3º. É permitido requerer a remissão por meio de procuração, devendo o procurador apresentar os seus dados qualificativos e apresentar os documentos, conforme inciso I do §1º e incisos I a III do § 2º deste artigo, além de toda qualificação e documentação exigidas nos parágrafos 1º e 2º do representado, devendo o requerimento ser acompanhado de instrumento próprio ou particular, este com firma reconhecida em cartório ou por autoridade pública, desde que conste no instrumento de mandato a outorga de poderes para representar junto à Fazenda Pública do Município, o que implicará aceitação integral de seus termos e condições.

Art. 4º - Os processos serão encaminhados ao Departamento de Assistência Social para confirmação das informações prestadas, através de visitas domiciliares e entrevistas com os requerentes e familiares.





# PREFEITURA MUNICIPAL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

ESTADO DE SÃO PAULO



Parágrafo único - Deverá haver cooperação de tantos departamentos quanto bastarem para verificar a veracidade das informações prestadas e da documentação apresentada pelos interessados.

Art. 5º - Presentes todas as informações e documentos mencionados nesta lei, fica o Diretor do Departamento de Finanças autorizado decidir sobre o deferimento ou indeferimento das solicitações de remissão, fundamentando-se nas informações e pareceres constantes nos autos.

Art. 6º - Concedida a remissão, caberá ao setor competente o cancelamento do crédito, anotando o número do Processo que lhe deu origem e demais elementos necessários ao cumprimento do despacho concessivo, cabendo-lhe também a intimação do requerente e a determinação do arquivamento do processo.

Art. 7º - Fica o Setor de Dívida Ativa obrigado a publicar no órgão oficial, a cada 2 (dois) meses, relação dos beneficiados pela remissão de dívidas, contendo o total da importância cancelada, o número da inscrição cadastral e o número do respectivo processo.

Art. 8º - As informações dos interessados serão encaminhadas aos departamentos municipais responsáveis por programas de capacitação e geração de renda e empregos, visando auxiliá-los a se colocarem no mercado de trabalho, conforme o caso.

Art. 9º. As concessões de remissão poderão ser revogadas nos casos em que:

- I. Forem constatadas indevidas em razão de simulação, falsas alegações ou documentos que não expressem a verdade;
- II. Os interessados ou familiares que tenham condições laborais que se recusarem a se inscrever nos programas de capacitação e geração de renda e empregos mencionados no artigo 8º.

§ 1º. Nos casos de revogação pelos motivos previstos no inciso I do caput será aplicada multa no valor de 10% do total devido.

§ 2º. Os tributos cuja concessão de remissão for revogada terão seus valores devidamente corrigidos monetariamente.





# PREFEITURA MUNICIPAL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

ESTADO DE SÃO PAULO



Art. 10 - Nos casos de indeferimento ou revogação da concessão da remissão, caberá pedido de reconsideração, endereçada ao Gabinete da Prefeita, devidamente instruído com informações e provas das alegações, por uma única vez, no prazo de 15 dias úteis, contados da data do recebimento da notificação.

Art. 11 - Os processos de solicitação de remissão já protocolados e não concluídos poderão ser analisados sob os critérios definidos nesta lei.

Parágrafo único - Os processos protocolados a partir de 1º de janeiro do exercício de 2022 e que porventura tenham sido indeferidos poderão ser revistos sob os critérios definidos nesta lei.

Art. 12 - A concessão do benefício não gera direito adquirido.

Art. 13 - Fica revogado o Capítulo XI, do Título I, da Lei Complementar nº 106, de 23 de dezembro de 1997.

Art. 14 - Fica revogado o Capítulo IV, do Título V, da Lei Complementar nº 106, de 23 de dezembro de 1997.

Art. 15 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, tendo sua vigência até o dia 31/12/2024, revogando-se todas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista, aos quatro dias do mês de novembro de dois mil e vinte e dois (04.11.2022).

MARIA TERESINHA DE JESUS PEDROZA  
Prefeita Municipal





# PREFEITURA MUNICIPAL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

ESTADO DE SÃO PAULO



## JUSTIFICATIVA:

Considerando a necessidade de aprimorar a legislativa que trata sobre a concessão de remissão de créditos tributários, prevista nos artigos 49 a 55 e 174 a 178 da Lei Municipal Complementar nº 106/1997, apresentamos o presente projeto de lei visando definir critérios objetivos para a análise da condição econômica do sujeito passivo para a concessão da remissão de créditos tributários, a fim de trazer maior segurança jurídica aos atos praticados pelos agentes envolvidos além de realizar um processo de transição entre o código tributário municipal vigente e o novo código tributário que futuramente será remetido à essa Casa de Leis.

Sendo o que temos a informar no momento.

Atenciosamente,

Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista, aos quatro dias do mês de novembro de dois mil e vinte e dois (04.11.2022).

MARIA TERESINHA DE JESUS PEDROZA

Prefeita Municipal





# **PREFEITURA MUNICIPAL**

**SÃO JOÃO DA BOA VISTA**

ESTADO DE SÃO PAULO



## **RELATÓRIO ESTIMATIVO DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO**

Considerando que o presente projeto de lei não cria ou aumenta a renúncia de receita, apenas define critérios para a concessão da remissão, sendo, portanto, já considerada na previsão do orçamento da receita, informamos que não há estimativa de impacto orçamentário e financeiro, visto que não se vislumbra aumento das concessões.

A título de informação foi apurado pelo Setor de Tributação que o valor total remido no exercício de 2021 alcançou o valor de R\$ 511.366,10 (quinhentos e onze mil, trezentos e sessenta e seis reais e dez centavos).

Sendo o que temos a informar no momento.

Atenciosamente,

São João da Boa Vista, 04 de novembro de 2022.

**DIOGO LEONEL DAS CHAGAS**  
Diretor do Departamento de Finanças